

# Furnas terá ações pulverizadas em bolsa

Editorial

MÔNICA TAVARES

BRASÍLIA - A ordem do presidente Fernando Henrique Cardoso é destinar parcela importante do capital das empresas geradoras de energia elétrica, a serem privatizadas, para a pulverização em bolsa de valores. O governo quer ainda concluir a venda dessas empresas este ano, garantindo uma receita de R\$ 20 bilhões em 99. A informação foi dada ontem pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges, logo após a reunião extraordinária do Conselho Nacional de Desestatização (CND), que contou com a participação do presidente da República. "Um dos objetivos, com a pulverização, é desenvolver o mer-

cado de capitais, o que é muito importante para o país nesse momento", disse ele.

Até o próximo dia 28, quando haverá nova reunião do CND, o modelo de privatização das empresas de geração de energia elétrica deverá estar definido. A proposta da Coopers & Lybrand, firma de consultoria que elaborou o modelo de venda de Furnas, Chesf e Eletronorte, foi a de criação de sete empresas. Porém, Pio Borges explicou que deverá haver alguma modificação da proposta, por causa da nova determinação do presidente Fernando Henrique. Ele não quis adiantar quantas empresas serão formadas com a cisão dessas geradoras, mas explicou que a intenção é vender Furnas ainda no primeiro semestre. "A previsão de venda de

Furnas era somente para o segundo semestre", disse Pio Borges.

Quanto ao setor de saneamento, o interesse do governo agora é conseguir a universalização dos serviços de água tratada e de esgotos. O presidente do BNDES explicou que, a exemplo do que foi feito na privatização do Sistema Telebrás, quando foram estabelecidas metas de universalização de serviços, o governo pretende incluir na legislação do setor metas de atendimento. "Mais do que no setor das teles, o fundamental é a extensão desses serviços", destacou Pio Borges.

O governo, explicou, não pretende federalizar as empresas estaduais de saneamento. A intenção é dar suporte aos governos estaduais para que eles elaborem a legislação para privatizar as empresas. Pio

Borges não comentou, no entanto, os problemas jurídicos envolvendo a venda das empresas estaduais de água e esgoto, como a Cedae, do Estado do Rio, que vem sendo alvo de uma disputa entre autoridades do município do Rio e do estado.

Dentro de três semanas, na reunião do CND deverão ser apresentadas sugestões para acelerar a privatização do setor, com esquemas de financiamento e diretrizes básicas que deverão ser transformadas em lei.

"O governo vai ajudar a traçar estratégias pré e pós-privatização para os estados que quiserem privatizar suas empresas", afirmou o presidente do BNDES. Pio Borges explicou ainda que os estudos para a privatização do setor de saneamento no Espírito Santo e na Bahia estão bastante adiantados.